



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000423118

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 4014398-90.2013.8.26.0562, da Comarca de Santos, em que é apelante FABIO DOS REIS SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente) e MELO BUENO.

São Paulo, 20 de junho de 2016.

Flavio Abramovici
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Comarca: Santos – 1ª Vara Cível

MM. Juiz da causa: Paulo Sérgio Mangerona

Apelante: Fábio dos Reis Silva

Apelada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – Não demonstrada a incapacidade permanente – Laudo pericial conclui que não há incapacidade permanente – Não comprovado o nexo de causalidade – **SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO**

Voto nº 13307

Trata-se de apelação interposta pelo Autor contra a sentença de fls.190/192, prolatada pelo I. Magistrado Paulo Sérgio Mangerona (em 04 de dezembro de 2014), que julgou improcedente a “ação de cobrança securitária”, condenando o Autor ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios (fixados em R\$ 1.500,00), observada a gratuidade processual.

Em preliminar, alega a nulidade da sentença, por cerceamento de defesa (não produzida a prova pericial). No mérito, sustenta que comprovada a invalidez permanente e o nexo de causalidade entre a sequela e o acidente, e que descabida a condenação ao pagamento das verbas de sucumbência. Pede o provimento do recurso, para a procedência da ação (fls.194/201).

Contrarrazões a fls.205/211.

É a síntese.

Ausente o cerceamento de defesa, porque o Juiz pode, após analisar as provas já produzidas, dispensar a produção de outras, ainda que contra a vontade das partes, se concluir que os pontos controvertidos estão suficientemente aclarados, nos termos do artigo 130 do Código de Processo Civil.

Passo à análise do mérito recursal.

O Autor pede a condenação ao pagamento de indenização no valor de R\$ 13.500,00 por invalidez permanente, alegando “fratura de tornozelo direito, ferimento no dorso do pé direito e ferimento corto-contuso na coxa esquerda”, em razão de acidente automobilístico ocorrido em 01 de fevereiro de 2009.

A caracterização da responsabilidade civil depende da comprovação da conduta juridicamente reprovável, do dano e do nexo de causalidade entre o prejuízo da vítima e a conduta do agente.

Contudo, o laudo pericial (fls.121/127) concluiu que o Autor não possui “incapacidade para as atividades cotidianas/habituais” e que impossível determinar o nexo de causalidade entre as lesões apresentadas (“fratura de tornozelo direito, ferimento no dorso do pé direito e ferimento corto-contuso na coxa esquerda”) e o acidente ocorrido em 01 de fevereiro de 2009.

Assim, porque não caracterizada a invalidez permanente e não demonstrado o nexo de causalidade, ausente a cobertura securitária e descabido o pedido inicial.

No mais, correta a condenação do Autor ao pagamento das verbas da sucumbência - ante o princípio da causalidade -, o que não se confunde com a possibilidade da imediata execução das verbas da sucumbência (que depende da prova da perda da condição de pobre).

Destarte, de rigor a manutenção da sentença, adotados também os seus fundamentos, nos termos do artigo 252 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

FLAVIO ABRAMOVICI
Relator